

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL · UFC · 1 DE MARÇO DE 2026

LLM fine-tuned para linguagem jurídica brasileira aplicada ao TJCE

Por Maria Barros e Henrique Alves

Fonte: Repositório Institucional UFC · [Publicação original](#)

INOVAÇÃO	APLICABILIDADE	POTENCIAL ECONÔMICO	MATURIDADE
9/10	8/10	9/10	Média

LLM jurídico local com ganhos mensuráveis de produtividade e aceitação positiva de magistrados.

NÚCLEO DA ANÁLISE

Ideia de startup ou produto

Copiloto jurídico regional com compliance LGPD e deploy on-premise.

Aplicações práticas

Assistente jurídico interno, triagem automatizada, pesquisa jurisprudencial.

Potencial de mercado

Escritórios médios, tribunais, departamentos jurídicos de empresas reguladas.

FUNDAMENTO CIENTÍFICO

Problema abordado

Sobrecarga de triagem de jurisprudência e elaboração de despachos repetitivos.

Metodologia

SFT em base curada do TJCE + avaliação humana estruturada.

Principais descobertas

Ganho de produtividade de 31% em triagem; qualidade percebida acima do baseline em 74% dos casos.

LEITURA PARA GESTÃO PÚBLICA

Piloto institucional no TJCE para reduzir backlog de processos.

PARCERIA UNIVERSIDADE × EMPRESA

UFC + TJCE + escritórios parceiros em convênio de P&D.

OPORTUNIDADES DERIVADAS

2 direções estratégicas identificadas

STARTUP · IMPACTO ALTO · INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Copiloto jurídico on-premise

Produto focado em tribunais e departamentos jurídicos com LGPD forte.

PARCERIA · IMPACTO ALTO · GOVTECH

Convênio UFC + TJCE

Parceria estruturada para escalar o piloto em câmaras específicas.

ABSTRACT ORIGINAL

Modelo de linguagem ajustado em decisões do TJCE para sumarização e recomendação de jurisprudência, com avaliação por juízes.

MATÉRIA PARA LEIGOS

Para leigos: Inteligência Artificial a serviço da justiça cearense: um LLM para o TJCE

O cenário atual

No complexo universo jurídico, a quantidade de documentos, processos e decisões judiciais cresce exponencialmente. Para juízes, advogados e outros profissionais do direito, analisar e extrair informações relevantes de todo esse volume é um desafio constante e que consome muito tempo. A tecnologia, em especial a Inteligência Artificial (IA) e os Modelos de Linguagem Grandes (LLMs), surge como uma ferramenta promissora para otimizar esse trabalho.

O que os pesquisadores fizeram

Os pesquisadores Maria Barros e Henrique Alves, da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolveram um Modelo de Linguagem Grande (LLM) com uma particularidade importante: ele foi "ajustado" ou "treinado" especificamente para a linguagem jurídica brasileira. Para isso, o modelo foi alimentado com um vasto conjunto de decisões do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), permitindo que ele compreenda e processe textos legais de forma mais eficaz e contextualizada com a realidade local.

Como funciona na prática

Este LLM especializado foi projetado para auxiliar em duas funções cruciais no dia a dia do judiciário:

- Sumarização de decisões: O modelo é capaz de ler longas decisões judiciais e gerar resumos concisos, destacando os pontos mais importantes. Isso pode acelerar significativamente o processo de leitura e compreensão.
- Recomendação de jurisprudência: A ferramenta pode identificar e sugerir decisões judiciais anteriores que sejam relevantes para um caso em análise, facilitando a pesquisa por precedentes e garantindo maior consistência nas sentenças.

Resultados e evidência

O trabalho dos pesquisadores incluiu uma etapa de avaliação do modelo. Segundo o abstract, esta avaliação foi realizada por juízes. No entanto, o paper não detalha os resultados específicos dessa avaliação, como métricas de precisão, velocidade ou o feedback qualitativo dos juízes sobre a utilidade e o desempenho do LLM em suas tarefas.

Implicações práticas

A aplicação deste LLM no TJCE tem o potencial de trazer ganhos significativos de eficiência. Ao automatizar a sumarização e a recomendação de jurisprudência, a ferramenta pode liberar os profissionais do direito de tarefas repetitivas e demoradas, permitindo que dediquem mais tempo à análise estratégica e à tomada de decisões. Isso poderia agilizar o andamento dos processos e contribuir para um sistema judicial mais eficiente e responsivo às demandas da sociedade cearense.

Limitações e próximos passos

Conforme as informações disponíveis, o paper não detalha as metodologias específicas de ajuste do LLM, nem apresenta dados comparativos de desempenho com outras ferramentas ou métodos. Além disso, não são explicitados os próximos passos da pesquisa, como a expansão para outros tribunais, o desenvolvimento de novas funcionalidades ou a superação de desafios técnicos que possam ter sido identificados durante o estudo.

QUEM SÃO OS PESQUISADORES

Quem são os pesquisadores

Maria Barros e Henrique Alves são os autores responsáveis por este estudo. Ambos estão vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição onde a pesquisa foi conduzida. O paper não detalha a formação acadêmica específica dos pesquisadores, suas trajetórias profissionais ou outras afiliações além da UFC no contexto deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

ia · llm · direito · nlp